

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

José Caminha/Secom-AC



Teixeira: que a reforma agrária é essencial para agricultura

Guerra: ministro vê impacto no preço dos alimentos no Brasil

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, chamou atenção para os impactos que conflitos internacionais, especialmente no Oriente Médio, podem ter sobre os preços dos alimentos no Brasil.

Teixeira explicou que a instabilidade global influencia diretamente o custo da produção agrícola: “O preço do petróleo interfere na produção. Os preços da carne, da soja, do milho e de outros produtos estão precificados em dólar. Por isso que qualquer alteração nos preços internacionais e no dólar, afeta a economia brasileira, e esses preços são transmitidos para o preço dos alimentos”, afirmou.

Referência em sustentabilidade

Apesar das preocupações, o ministro Paulo Teixeira demonstrou otimismo ao defender que o Brasil deve manter sua posição como referência em sustentabilidade e cooperação internacional. “A gente tem que continuar sendo essa civilização da sustentabilidade, da inclusão, do crescimento, da convivência entre os diferentes países e da paz”, disse durante participação no programa “Bom Dia, Ministro”.

Diego Campos/Secom-PR



Alerta do ministro tem respaldo na análise de especialistas

Risco para combustíveis e insumos

O alerta do ministro encontra respaldo em análises que apontam riscos tanto para combustíveis quanto para insumos agrícolas. Para Samuel Isaak, especialista em commodities agrícolas da XP Investimentos, o conflito pressiona não apenas os preços energéticos, mas também os insumos agrícolas. Isaak destaca que o Irã é grande importador de milho e que, em cenários de guerra, os fluxos comerciais tendem a se manter, mas com custos mais elevados. Além disso, há risco de encarecimento dos fertilizantes, fundamentais para a produção brasileira.

Pressão inflacionária sobre alimentos

Segundo André Braz, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o conflito amplia a pressão inflacionária sobre os alimentos no Brasil por conta do frete e da logística, enquanto a alta dos fertilizantes compromete a competitividade da agricultura nacional. Para Braz, “o Brasil pode até se beneficiar da alta do petróleo como exportador, mas o efeito líquido para o consumidor é negativo”.

Custos internos

O economista da FGV explica que os custos internos sobem e a inflação de alimentos tende a se intensificar.

Já o Insper Agro Global avalia que o bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% da produção mundial de petróleo, representa risco imediato para o agronegócio brasileiro.

Ruptura logística

A instituição alerta que rupturas logísticas podem elevar preços de insumos e reduzir margens de produtores nacionais, exigindo adaptação rápida do setor.

Impactos diretos para o Brasil • Combustíveis mais caros: aumento do petróleo eleva custos de transporte e produção agrícola.

Commodities

A pressão também recai sobre commodities agrícolas como soja, milho e carne sofrem com valorização internacional, além dos fertilizantes. Especialistas avaliam que dependência de importações torna o Brasil vulnerável a encarecimento. Por fim, preveem que o preço na cesta básica vai subir.

Reforma agrária

Para o ministro Paulo Teixeira, o Brasil tem o dever de fazer reforma agrária. Segundo ele, o tema é essencial para garantir o fortalecimento da agricultura familiar e a diminuição das desigualdades no campo. “O programa de reforma agrária garante produção de alimentos, diminuição das desigualdades e desenvolvimento agrário”, diz.

Mercosul-UE

O ministro também destacou o acordo entre Mercosul e União Europeia como uma oportunidade estratégica para ampliar mercados sem prejudicar a agricultura familiar. “A nossa agricultura é muito potente e, com esse acordo, 700 milhões de consumidores terão acesso aos produtos brasileiros”.

Transição

Teixeira diz que Mercosul-UE será a maior área de livre comércio do mundo. Segundo ele, o acordo foi um ganho do presidente Lula. E pontua que o Brasil terá um período para fazer essa transição, para preparar o mercado brasileiro para produtos europeus e o mercado europeu para produtos brasileiros.



Dados são da PNAD Contínua Mensal, divulgada na quinta

IBGE: taxa de desemprego em janeiro fica em 5,4%

Rendimento médio bate recorde; taxa é a menor desde 2012

Por Martha Imenes

A taxa de desocupação no Brasil chegou a 5,4% no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, repetindo o patamar registrado de agosto a outubro de 2025, o menor da série comparável, iniciada em 2012. Em relação ao trimestre móvel de novembro de 2024 a janeiro de 2025 (6,5%), houve queda de 1,1 ponto percentual (p.p.). Os dados são da PNAD Contínua Mensal divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O rendimento real habitual de todos os trabalhos chegou a R\$ 3.652, o mais alto da série, com aumento de 2,8% no trimestre e de 5,4% no ano. A massa de rendimento real habitual (R\$ 370,3 bilhões), também recorde, cresceu 2,9% no trimestre (mais R\$ 10,5 bilhões) e 7,3% (mais R\$ 25,1 bilhões) no ano.

Cerca de 5,9 milhões de pessoas estavam desocupadas no país no trimestre encerrado em janeiro de 2026, menor contingente de desocupados desta série, ficando estável frente ao trimestre anterior e registrando redução de 17,1% na comparação anual, o que representa 1,2 milhão de pessoas desocupadas a menos de um ano para o outro.

A população ocupada chegou a 102,7 milhões, também o maior contingente da série comparável, ficando estável no trimestre e

com aumento de 1,7% (mais 1,7 milhões de pessoas) no ano. O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi de 58,7%, com estabilidade no trimestre (58,8%) e crescendo 0,5 p.p. no ano (58,2%).

“Os resultados do trimestre encerrado em janeiro de 2026 apontam fundamentalmente para a estabilidade dos indicadores de ocupação. Embora a entrada do mês de janeiro tenda a reduzir o contingente de trabalhadores, muitas vezes devido à dispensa de temporários, os efeitos favoráveis de novembro e dezembro reduziram o impacto desse movimento sazonal”, disse a coordenadora de pesquisa domiciliares do IBGE, Adriana Beriguy.

A taxa de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) ficou em 13,8%, resultado considerado estável na comparação trimestral e que representa queda de 1,8 p.p. na comparação anual (15,5%). Além disso, a população desalentada (2,7 milhões) ficou estável no trimestre e teve redução de 15,2% (menos 476 mil pessoas) no ano. O percentual de desalentados foi de 2,4% com estabilidade no trimestre e queda de 0,4 p.p. no ano (2,8%).